

Caminhos da *Inventio*: cenários proibitivos e cerceamento da liberdade em *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, e na letra de canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré

Aidil Soares Navarro

Introdução

A priori, o presente artigo se coaduna com os Estudos Retóricos e Argumentativos sobre a *Inventio* no Sistema Retórico aplicado nos discursos de uma obra literária e em uma música popular brasileira. Para o *insight* da proposição, interessam-nos mais de perto as considerações teóricas a respeito dos discursos deliberativo e epidíctico por se constituírem a matéria-prima do processo de invenção da obra *O Nome da Rosa*, de Eco e da letra de canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Vandré, respectivamente. No primeiro caso, a obra literária, o objetivo da deliberação sobre os ouvintes – os monges do mosteiro beneditino – é presente a intenção de obtenção de resultados com fins persuasivos e de convencimento no futuro; no segundo caso, a letra de canção, o discurso epidíctico para a observação da mensagem de protesto contida na letra de Vandré objetiva descrição de eventos presentes no ápice do regime autoritário promovido pela Ditadura Militar no Brasil. Para compor a obra, os dois autores valeram-se de recursos propiciados pela primeira categoria do sistema retórico, a *Inventio*, que, traduzidos em atos retóricos, evidenciam, na *Dispositio*, a construção retórica e os efeitos argumentativos produzidos. Os escritos se desenvolvem a partir das considerações teóricas de Aristóteles (1959), Ferreira (2010), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988) e Reboul (2004). O *corpus* selecionado é composto de seis versos da letra da canção *Pra não dizer que não falei das flores* e fragmentos retirados do livro *O Nome da Rosa*.

O discurso deliberativo na construção de *O Nome da Rosa*

O tema central da obra *O Nome da Rosa* (1980), de Umberto Eco, é o problema da proibição, mais especificamente, a proibição da leitura de livros considerados heréticos pela Santa Igreja Católica. Na biblioteca de um mosteiro beneditino, palco de toda a urdidura da obra, havia livros tidos como perigosos porque seus ensinamentos profanos e pagãos colocavam em xeque os dogmas católicos e a fé cristã, uma vez que nas obras interditas havia, para os censores do mosteiro em questão, um saber estritamente pagão e que podia, assim, ameaçar a doutrina cristã da época. Uma obra em especial era condenada veementemente: um livro de Filosofia de Aristóteles, mais especificamente, *A arte poética*. Há um trecho na obra de Eco que corrobora essa constatação: “Jorge temia o segundo livro de Aristóteles porque este talvez ensinasse realmente a deformar o rosto de toda a verdade, a fim de que nos tornássemos escravos de nossos fantasmas”¹.

Na *Arte poética*, Aristóteles trata da questão da comédia. Cabe aqui uma diferenciação entre a arte retórica e arte poética para facilitar nossa exposição. O que distingue a Arte retórica da Arte poética? Esta se ocupa do discurso com fins poéticos e literários, aquela, persuasivos. A comédia é um gênero poético-literário que se opõe à tragédia. Aristóteles (1959), em *A arte poética* nos informa que a tragédia imita os homens virtuosos e superiores, a comédia imita os viciosos e inferiores, daí o interesse dos censores da Igreja do mosteiro beneditino, em *O Nome da Rosa*, de proibir a leitura da comédia pelos monges, pois acreditava-se que isso os tornavam inferiores e, portanto, pequenos diretores da vida espiritual no exercício do ofício religioso. “A comédia é, como já dissemos, imitação de maus costumes, não contudo de toda sorte de vício, mas só daquela parte do ignominioso que é ridículo”².

O nome da rosa se estrutura a partir do discurso deliberativo que tem como objetivo “aconselhar ou desaconselhar” o auditório, no caso da obra em apreço, os monges beneditinos que constituem a assembleia a quem é dirigida a mensagem proibitiva. No discurso deliberativo, o auditório, por meio dos conselhos, pode se nutrir daquilo que é vantajoso ou nocivo; ademais, procura dissuadi-lo acerca de uma ação futura uma vez que deliberar sobre o que ainda não aconteceu pode ser conveniente ou prejudicial. Na abadia beneditina, os monges eram aconselhados a manterem-se distantes de obras profanas sendo obrigados a aceitar a ocultação dos segredos contidos nas obras proibidas, ainda que alguns desobedecessem à imposição, e pagavam com a morte, por causa da curiosidade inata a todos. “É certo que na abadia não querem que se penetre na biblioteca, à noite e que muitos, porém, tentaram ou tentam fazê-lo”³. As proibições na biblioteca ocultavam algo muito

1 Eco, 1980, p. 505.

2 Aristóteles, 1959, p. 246.

3 Eco, 1980, p. 99.

maior e que explicavam a morte de alguns monges que conseguiram adentrá-la e ter acesso aos livros proibidos.

Diferentemente do que apregoa a sabedoria popular quando se diz que se conselho fosse bom ninguém o daria gratuitamente, o venderia, em Retórica e, mais propriamente no gênero deliberativo, o conselho é útil pois representa o que é melhor para o auditório na medida em que ele se beneficia com isso. Trata-se, portanto, de um ato de benevolência (*eunoia*), uma das três qualidades do *ethos* do orador, juntamente com a prudência (*phronesis*) e a virtude (*areté*). Monges eram aconselhados a evitar a leitura de obras que induzissem ao riso e esse aconselhar vai ao encontro da essência do discurso deliberativo que tem como pressuposto persuadir a respeito de algo que possa ser prejudicial ou benéfico no futuro a quem se destina a mensagem. Fato muito relevante é que “numa deliberação, aconselha-se ou desaconselha-se, quer se delibere sobre uma questão de interesse particular, quer se fale perante o povo [a assembleia] acerca de questões de interesse público”⁴. Em *O Nome da Rosa* a deliberação se aplica à uma questão de interesse particular: a membresia do mosteiro. Os monges eram aconselhados, via proibição, a não ter contato com certos livros, em especial o livro de filosofia de Aristóteles com temática de comédia que induzia ao riso – comportamento execrado pelos censores eclesiais do mosteiro beneditino que desviava os monges do bom caminho.

O discurso de gênero epidíctico em *Pra não dizer que não falei das flores*

A letra de canção de Vandré se estrutura a partir do discurso de gênero epidíctico o qual é caracterizado, retoricamente, pelo elogio ou pela censura – os dois polos opostos entre si tanto nas etapas do processo argumentativo quanto nas partes do discurso. Se no discurso de gênero deliberativo prevalece uma discursividade que aponta exclusivamente para uma intencionalidade presente, porém com expectativas de resultados, bons ou maus, no tempo futuro, no discurso de gênero epidíctico, a tônica recai sobre a apreciação de acontecimentos momentâneos e, sobretudo, atuais uma vez que só se pode, de fato falar bem, elogiar, ou mal, criticar, diante de um tempo presente. Sob esta perspectiva, o discurso de gênero epidíctico enfatiza a ideia de que uma comunicação, no plano da ação, não pode ser deixada para se realizar *a posteriori* de forma que depois tudo que compõe os argumentos deve ser contemplado no aqui e no agora, onde os valores devem determinar o campo de ação. “No epidíctico a comunhão em torno dos valores é um fim que se demanda independentemente das circunstâncias precisas em que essa comunicação será posta à prova”⁵.

4 Aristóteles, 1959, p. 39.

5 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988, p. 62.

Aquilo que é bom é digno de louvor, porque sendo bom é agradável. Contrariamente, aquilo que é mau é digno de censura, pois não é bom e leva à crítica negativa. Sempre que se fala a respeito de louvar ou censurar, deve-se ter em mente que a retórica epidíctica ao defender o ideal do belo, o nobre, em detrimento daquilo que é feio, vergonhoso, apresenta-nos faces da virtude por parte de quem enuncia algo ao seu auditório. “As maiores virtudes são necessariamente as que são mais úteis aos outros, visto que a virtude é faculdade de fazer o bem”. São muitas as virtudes descritas por Aristóteles em *Retórica*⁶, a saber: a justiça, a coragem, a temperança, a magnificência, a magnanimidade, a liberalidade, a mansidão, a prudência, entre outras. Ao analisarmos o conteúdo semântico de *Pra não dizer que não falei das flores*, de Vandrê, percebemos, na invenção criativa dos enunciados que compõem a canção, as virtudes da coragem, da justiça, da benevolência, do altruísmo, da temperança, da prática do bem. O elogio é um discurso que manifesta a grandeza de uma virtude.

Descrição e análise da obra *O Nome da Rosa*, de Eco

Nas quatro etapas do processo retórico-argumentativo (*Inventio, Dispositio, Elocutio, Actio*), o manuscrito do livro de Umberto Eco, narrado por Adson, discípulo do frade franciscano Guilherme de Baskerville (que foi chamado a um mosteiro beneditino para participar de um concílio do clero onde seriam investigados crimes de heresia, além de assassinatos misteriosos), quanto à *Dispositio* (do exórdio, da narração, das provas e da peroração), divide-se em sete dias cada um dos quais se referindo em períodos correspondentes às horas litúrgicas, a saber: “matinas” (2h30min e 3 horas da madrugada), “laudes” (entre 5 e 6 horas da manhã), “primeira” (7h30min da manhã), “terça” (9 da manhã), “sexta” (meio-dia), “nona” (entre 2 e 3 horas da tarde), “vésperas” (4h30min da tarde), e “completas” (em torno das 6 e 7 horas). Por exemplo, “no escuro, logo depois da laudes, tínhamos assistido à missa num vilarejo do vale. Depois seguimos viagem rumo às montanhas, ao despontar do sol”⁷. No prólogo do livro, Adso, jovem noviço, já velho, justifica os motivos e fatos que o levaram a descrever os eventos decorridos na abadia do mosteiro beneditino durante a sua juventude.

Apesar das muitas citações em latim feitas por Eco no enredo, a obra não perde seu rumo para desvendar a trama central da narrativa: a prática de heresia e os estranhos assassinatos ocorridos no mosteiro beneditino ocasionados em virtude, mormente, da leitura de certos livros que não poderiam ser lidos. Trama não menos importante da obra em sua disposição é a crítica ao riso. Para os censores do mosteiro, em especial, Jorge, o “guardião” da biblioteca, “o riso sacode o corpo, deforma as linhas do rosto, torna o homem semelhante ao macaco. (...) Riso é sinal de estultice. Quem ri não acredita naquilo de que está rindo, mas tampouco o odeia”⁸. A leitura

6 Aristóteles, 2015, p. 86.

7 Eco, 1980, p. 27.

8 Idem p. 139

do primeiro capítulo de *O Nome da Rosa*, intitulado “o primeiro dia”, nos permite perceber que a leitura de certos livros, principalmente os que incitavam ao riso, deveria ser censurada porque seus ensinamentos eram avessos aos bons costumes e moral cristã, sobretudo, a moral dos monges quando se apropriavam de tais discursos tidos como ilícitos e que convergiam e desembocavam no “pecado”.

Com efeito, nos muros do edifício, da biblioteca, o riso não gozava de boa reputação ainda que ele fosse próprio do homem. “Mas as vulgaridades, as asneiras e as palhaçadas nós a condenamos à reclusão perpétua, em qualquer lugar, e não permitimos que o discípulo abra a boca para fazer discursos de tal feita... O que demonstra que o riso é coisa muito mais próxima da morte e da corrupção do corpo”⁹. Ademais, durante toda a narrativa, Eco outorga a Guilherme de Baskerville, encarregado de apurar denúncias de atos hereges, bruxarias e assassinatos misteriosos, o papel de um Sherlock Holmes pela forma semelhante como desvenda o jogo de heresias e os assassinatos por meio dos artifícios da lógica e silogismos, próprios da retórica de Aristóteles. A partir da coleção de fatos individuais, Guilherme de Baskerville faz uma indução de uma teoria provável para desvendar os assassinatos e outros conflitos que permeavam no mosteiro. O desfecho da obra de Eco é revelador: apesar de todas as peripécias, só no epílogo da obra se descobre o principal responsável pelos assassinatos havidos no mosteiro beneditino: todas as mortes tinham como responsável o velho Jorge – velho pároco e guardião da biblioteca, que representa a própria encarnação mística do fanatismo religioso.

Descrição e análise de *Pra não dizer que não falei das flores*

O objetivo do presente tópico consiste, por meio de alguns recortes da letra de canção *Pra não dizer que não falei das flores*, em apresentar uma análise contextual ao do período dos anos 60 do século XX, a fim de demonstrar temas relativos à situação política e social do Brasil, segundo os quais favoreceram a militância política¹⁰ que revelava seu desagrado ao *establishment* ditatorial da época por meio de música, além, como a história comprova, de outros meios de contestação. A canção popular *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, se enquadra nesse contexto de proibição e cerceamento de liberdades individuais pelo qual foi marcado os anos de 1960 no Brasil. É uma música de protesto contra a coação da liberdade de expressão, principalmente, social, política e econômica. Há, assim, durante a Ditadura Militar um embate entre música e censura, arte e autoritarismo. Foi um momento histórico de censura explícita. Fato de extrema relevância é que “com o golpe militar de 1964,

9 Idibidem, p. 103-104.

10 Destacamos que “Cabe ressaltar que esta era uma das características da militância política naquele período conturbado, no qual era feito uma análise utilitarista a respeito do cotidiano e da sociedade. Havia a crença de que se poderia construir uma nova sociedade, o novo homem, a nova mulher, desde o momento presente. A utopia da sociedade justa e igualitária se concretizava a partir das pequenas conquistas, das coisas mais simples”. (Muniz, 2018, p. 63)

que encerrou o governo de João Goulart, a censura passou a centrar suas atenções na proibição de filmes, peças de teatro, letras de música e shows que contestassem a ditadura instalada”¹¹.

Versos para análise:

1ª estrofe: “Caminhando e cantando e seguindo a canção. /

Somos todos iguais, braços dados ou não”.

2ª estrofe: “Ainda fazem da flor seu mais forte refrão. / E acreditam nas flores vencendo o canhão”.

7ª estrofe: “Nas escolas, nas ruas, campos, construções. /Somos todos soldados, armados ou não”.

Quanto à sua estrutura, a canção de Geraldo Vandré é composta de dez estrofes em forma de quadras seguidas de um refrão que se repete ao longo de toda a canção: “Vem vamos embora que esperar não é saber, / quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

Segue-se estrofe submetida à análise para corroborar a presença do gênero de discurso epidíctico, a saber: 1ª estrofe: “Caminhando e cantando e seguindo a canção. / Somos todos iguais, braços dados ou não”.

Observemos o processo de *Inventio* e a intenção do autor da canção nos 1º e 2º versos da 1ª estrofe. Antes de tudo, nesses versos iniciais da canção, nota-se uma intencionalidade na medida em que o autor Geraldo Vandré explicita uma forma de manifestação ordeira e pacífica, o que não deixa de ser, do ponto de vista da semântica da comunicação musical, uma forma de argumentação, capaz de atrair seu público-alvo – o povo, por meio da palavra – em sua vertente oral. A argumentação como uma finalidade tem seus efeitos sobre o auditório de modo que:

A finalidade de toda a argumentação, já o dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento: uma argumentação eficaz é aquela que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma a desencadear nos auditores a acção que se tem em vista (acção positiva ou abstenção), ou pelo menos criar neles uma disposição para a acção, que se manifestará no momento oportuno¹².

Em busca da adesão de seu auditório, o povo, observa-se rem *Pra* não dizer que não falei das flores, pelo menos dois anseios de interesse de caráter público na visão do autor: a igualdade social (somos todos iguais) e o direito à liberdade (braços dados ou não), mesmo não existindo relação entre si. São duas metáforas representativas do descontentamento com o sistema opressor. Assim como os braços se unem em um abraço afetuoso, as pessoas também devem se unir pela busca e defesa de um mesmo ideal: igualdade e liberdade. Além da defesa do igualitarismo e do direito à liberdade, os versos “Somos todos iguais braços dados ou não” pressupõem, ainda, o respeito às diferenças que são comuns a todas as pessoas, o que, aliás, é a marca

11 Idem, p. 17.

12 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988, p. 54.

intrínseca de cada pessoa. Ser diferente não significa ser melhor ou superior, significa ser o que realmente se é com o direito inalienável de gozar dessa condição, e receber o louvor dessa virtude. Contudo, “nós não somos louvados ou censurados por causa de nossas paixões, mas somos louvados e censurados por causa de nossos vícios e virtudes”¹³.

Análise da 2ª estrofe: Ainda fazem da flor seu mais forte refrão/ e acreditam nas flores vencendo o canhão.

Os versos “Ainda fazem da flor seu mais forte refrão” e “Acreditam nas flores vencendo canhão” são, com efeito, uma alusão tanto à paz quanto à guerra. Para Carolina Marcello, “os ideais de “paz e amor”, promovidos pelo movimento da contracultura hippie, o *flower power*, são simbolizados pelas flores (o mais forte refrão). É sublinhada a sua insuficiência contra o “canhão” (a força e a violência da polícia militar). Flor e canhão são, portanto, usados como metáforas analógicas, as quais se constituem como fator essencial de invenção discursiva que induz ao tripé identidade/semelhança/analogia no que se refere à questão da construção da argumentação. Assim, “parece-nos que seu valor argumentativo será mais claramente posto em evidência se encaramos a analogia como uma similitude de estrutura cuja fórmula geral seria: A está para B como C está para D”¹⁴. Os autores, quanto à metáfora, ainda afirmam que nela se transporta a significação própria de um nome (flores: paz; canhão: guerra) para outra significação em virtude de uma comparação entre dois objetos.

As flores, que representam o mais forte refrão da contracultura, todavia, não se afinam com os ideais revolucionários dos movimentos populares do Brasil dos anos 1960 e isso fica bem expresso no refrão (“Vem vamos embora que esperar não é saber, / quem sabe faz a hora não espera acontecer”) da canção de Vandrê, que representa um chamado para a luta contra a repressão que limita a liberdade – grau de independência legítimo que um cidadão, um povo ou uma nação elege como valor supremo, como ideal. Assim, acreditar “nas flores vencendo canhão” é uma alusão, por meio da luta, à queda do militarismo, o que significa liberdade para o povo. Como já se disse em outro momento, e cabe aqui a reafirmação, a liberdade é, portanto, ou deveria ser, um bem assegurado e inalienável sempre ao alcance do sujeito, independentemente de quaisquer situações inerentes a ele: religião, *status quo*, cor de pele, nível socioeconômico, etnia, preferência sexual, entre outros motivos semelhantes a estes. “Podemos definir bem seguros os que temos à mão e possuímos de maneira que nos seja dado servir-nos deles à vontade”¹⁵.

Análise da 7ª estrofe. “Nas escolas, nas ruas, campos, construções. / Somos todos soldados, armados ou não.”

Nesta estrofe, Vandrê faz uma alusão ao soldado com farda, os repressores, e os sem farda, os reprimidos, o povo. Assim como os soldados oficiais (cumpridores

13 Aristóteles, 2005, p. 46.

14 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988, p. 409.

15 Aristóteles, 1959, p. 46.

de ordens e táticas dos quartéis) estão armados com armas na mão para defender a pátria, cegamente, conforme determinação da ideologia autoritária do Regime Militar por meio de uma prática de repressão, da mesma forma devem os civis, os soldados sem armas, em todos os lugares (escolas, ruas, campos, construções) se tornarem soldados, ainda que sem fardas e sem armas, para a defesa do bem-comum, uma sociedade mais justa, livre; enfim, uma sociedade sem o implemento do aparelho repressivo do Estado que fere a liberdade de expressão. Esse trecho da canção que faz alusão aos soldados oficiais e aos não oficiais aponta com muita propriedade para a presença do discurso epidíctico que se sustenta na crítica presente atual (no ápice do Regime Militar). O refrão da canção de Vandré (“Vem, vamos embora que esperar não é saber, / quem sabe faz a hora, não espera acontecer”) reforça a ideia de descruzar os braços e partir para a luta contra a perseguição e repressão. Sabe-se que:

Com o advento da Ditadura Militar e em nome da Doutrina de Segurança Nacional, que mais tarde seria convertida em lei, instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como perturbadora da ordem¹⁶.

De fato, o excerto aqui em discussão pressupõe uma convocação do povo brasileiro para se organizar e ir às ruas no embate contra o autoritarismo e burlar todos os absurdos impostos por este sistema ditatorial, principalmente, os que se ferem à questão da liberdade. Do ponto de vista da letra da canção, no tocante à liberdade de expressão, houve uma mordação. “A ideia central da mordação era retratar como agiu e extrapolou a censura no A.I.5 de 13.12.1968 e como compositores e intérpretes de nossa música popular foram por ela perseguidos e silenciados e de que forma e com quais artimanhas lograram burlar os censores”¹⁷. Era, portanto, um embate por meio de conflitos, mandos e desmandos, pertinentes à época ditatorial em questão, o que, mais uma vez, nos permite observar *in loco* a presentificação de uma censura que é própria do discurso de gênero apodíctico. O discurso epidíctico, por sua peculiaridade, “refere-se ao presente, pois o orador propõe-se à admiração dos espectadores, ainda que extraia argumentos do passado e do futuro”¹⁸.

Similitudes entre *O Nome da Rosa* e *Pra não dizer que não falei das flores*

Enquanto o romance *O Nome da Rosa* se estrutura a partir de uma trama composta de exórdio, de narração, das provas e do epílogo ou peroração, a letra de canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, tem característica metafórica. “A metáfora é uma concentração semântica. No eixo da extensão, ela despreza uma

16 Muniz, 2018, p. 28.

17 MacGill, 2021, p. 11.

18 Reboul, 2004, p. 45.

série de traços e leva em conta apenas alguns traços comuns a dois significados que coexistem”¹⁹. Do ponto de vista da semântica, a canção em análise dirige uma crítica ao sistema social, político e econômico durante a Ditadura Militar que teve seu início em 1964 e perdurou até 1985, quando se iniciou no Brasil o processo de redemocratização – uma ofensiva contra o regime ditatorial que perdia força para os movimentos democráticos.

Tanto em *O Nome da Rosa* como em *Pra não dizer que não falei das flores* está em jogo a questão da censura e o não acesso ao conhecimento obtido pela cultura. A cultura normalmente se estabelece por meio da busca constante pelo saber que toma corpo com a leitura que propicia, a quem a busca, o poder que se expressa pelas palavras, assim como a autonomia e a liberdade. A experiência empírica comprova que é por intermédio do poder, o qual envolve o querer ou desejar, que o indivíduo adquire a faculdade de realizar qualquer atividade, desde que ela esteja ao seu alcance e às suas condições de exercê-lo. O próprio *O Nome da Rosa* parece ser uma expressão simbólica para designar o enorme poder das palavras quando se refere às obras contidas na biblioteca secreta do mosteiro beneditino. Já a autonomia é caracterizada pela capacidade de autogovernar-se pelos próprios meios, ter autonomia permite ao cidadão ou cidadã tomar as suas próprias decisões quando busca a realização de algo que o favoreça direta ou indiretamente.

Por fim, a liberdade, ainda que mais ampla, assemelha-se à autonomia na medida em que ela se refere ao direito inalienável de decidir segundo a própria vontade, pode também ser interpretada como um posicionamento e procedimento contra as convenções sociais; inclusive, a liberdade é prevista na própria Constituição quando ela nos diz que temos “o direito à liberdade tanto de pensamento quanto de ir e vir”.

Em *O Nome da Rosa*, impedidos de ler as obras tidas como profanas, perdem os monges, a capacidade de exercer o poder, a autonomia e a liberdade. Perdem não só a liberdade de pensamento visto serem impedidos de pensar, como, também à liberdade no seu sentido de ir e vir, uma vez que eles não podem adentrar alguns locais da biblioteca os quais lhes eram vedados o seu acesso. De fato, a inacessibilidade à biblioteca pode ser entendida como uma metáfora para a Idade das Trevas que deixava muitos condenados à ignorância e à brutalidade. É o oposto da aquisição de um bem. “Tudo o que a razão fixaria a cada ser, e tudo quanto a razão fixa a cada ser em relação a cada coisa, eis o que é o bem para cada um”²⁰.

A obra *O Nome da Rosa* e a canção *Pra não dizer que não falei das flores* têm algo em comum: ambas são construídas ideologicamente por meio da dicotomia censura e proibição. Em Eco, é vedada pelos censores da época do segundo livro de Aristóteles. Quanto à proibição vejamos a justificativa do “guardião” da biblioteca, Jorge, no tocante à censura do livro em seu diálogo com o inquisidor Guilherme de Baskerville. “Este livro teria justificado a ideia de que a língua dos simples é portadora

19 Fiorin, 2018, p. 34.

20 Aristóteles, 1959, p. 49.

de alguma sabedoria. Era preciso impedir isso, foi o que fiz. Tu dizes que eu sou o diabo: não é verdade. Eu fui a mão de Deus”²¹.

As duas obras também delinham a passagem de um momento histórico para outro. *O Nome da Rosa* é a passagem da Idade das Trevas, marcada pela superstição e fanatismo, para a Era do Iluminismo; *Pra não dizer que não falei das flores* representa a passagem da ditadura para dar lugar à democracia, o que se confirmou com o movimento das “Diretas já”, de 1985. A proibição dos livros em Eco e a censura representam, de fato, a condenação à ignorância e ao atraso. Tanto neste quanto naquele há o cerceamento da liberdade, ponderando que só é livre quem tem conhecimento. Neste contexto, leitura e liberdade constituem-se como fonte de poder. Com efeito, certamente tenha sido por causa disso que houve a proibição dos livros heréticos, mais especificamente *A arte poética*, em Eco, e a censura da música de Vandré: ambas davam poder ao auditório, o que, de fato, colocava em xeque em Eco, a Igreja, e em Vandré, o governo.

Considerações finais

Este estudo teve como principal escopo fazer a demonstração de duas conjecturas pertinentes aos nossos dois objetos de análise: o romance *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, e a letra de canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré. A primeira conjectura foi a de que o romance de Eco, do ponto de vista retórico, se constitui, quanto à sua temática ao discurso de gênero deliberativo; já a canção popular de Vandré, reveste-se do discurso epidíctico. Reafirmamos aqui que a principal característica do discurso deliberativo, também chamado de demonstrativo, é aconselhar ou desaconselhar o auditório num instante presente visando um resultado, bom e útil, no tempo futuro, algo benéfico em detrimento do que é prejudicial. Já o discurso de gênero epidíctico, observado em Vandré, que tem como ato o elogio e a censura, refere-se sempre a uma situação presente, visto que só se pode elogiar ou censurar a partir de fatos tidos como atuais, ainda que muitas vezes eles remontem ao passado.

Ademais, seja como for, tanto o livro de Umberto Eco como a letra de canção de Geraldo Vandré nos permitem conhecer e compreender, a forma como os argumentos são dispostos, por meio do processo da *Inventio*, o pensamento e as visões de mundo específicas de duas épocas: uma situada na Idade Média europeia e, outra, a Ditadura Militar dos anos 1960 que perdurou até meados da década de 80, quando tiveram início os movimentos de redemocratização no país. São narrativas que tiveram seu lugar no tempo e no espaço específicos.

Parte-se do pressuposto de que uma narrativa, não importa se sob a forma de romance literário ou composição musical, é uma técnica de comunicação linguístico-discursiva cujo objetivo é envolver o auditório por meio de uma série de acontecimentos.

21 Eco, 1980, p. 492

De fato, tanto o livro de Eco quanto a canção de Vandré são revestidas com a mesma tinta da proibição e da censura – mecanismos de repressão que saem caro tanto para os monges do mosteiro beneditino, palco de todas as peripécias de *O Nome da Rosa*, quanto para o povo brasileiro, na época do golpe militar dos anos 60 do século XX.

Para construir sua narrativa, Eco precisou desvendar a morte de sete monges, em sete dias e sete noites; há uma nítida crítica ao riso – decorrente da leitura de livros proibidos de comédia.

Todavia, embora os monges fossem impedidos de lerem obras que incentivassem o riso, nota-se que a obra de Eco é um incentivo em defesa da comédia no sentido de que ela pode ser considerada como expressão da liberdade humana capaz de resistir a todas as intempéries vitais. Já a canção de Vandré, composta nos momentos de perseguição e repressão, é um incentivo que representou uma luta contra o autoritarismo do governo militar que cerceava a liberdade de expressão da música, de filmes, de peças de teatro, de livros, dentre outras práticas culturais. Por fim, a ênfase no discorrer do estudo recaiu, principalmente, sobre a *Inventio*, momento de busca das provas que sustentarão o discurso, e a *Dispositio*, macroestrutura com fins de organização do texto. Assim a fala e a escrita, dois elementos do sistema retórico indissociáveis porque eles “fundem: são processos operacionais criados simultaneamente e as diversas partes do discurso exercem influência sobre dada uma delas”²².

22 Ferreira, 2010, p. 109.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse e Alberto do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. Coleção folha, grandes nomes do pensamento.

ARISTÓTELES. **Arte poética e arte retórica**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Editora Tecnoprint, 1959.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MARCELLO, Carolina. **Pra não dizer que não falei das flores**. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musica-para-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores-de-geraldo-vandre/>. Acessado em 16mar.2022.

MUNIZ, Waldomiro. **Música, protesto e ditadura**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2018.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução de João Duarte. Portugal: Instituto Piaget Divisão Editorial, 1988.

PIMENTEL, João; McGill, Zé. **Mordaça: histórias de música e censura em tempos autoritários**. São Paulo: Sonora Editora, 2021.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. 2. ed. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004.